



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Centenas de desempregados deslocaram-se à DSAL para que as exigências de procura de emprego sejam atendidas

Devido à pandemia, todos os sectores estão a deparar-se com dificuldades, mas o Governo continua sem actuar. Quando lhes perguntaram quando é que iam ser tomadas novas medidas de apoio, os governantes deixaram de afirmar que “o dinheiro é para ser gasto agora” e passaram a defender que “o Governo não tem a porta fechada”. Só que o Governo não fechou a porta traseira, mas também não abriu a porta da frente, e isto significa que está a menosprezar os cidadãos que se encontram em apuros.

Com a recessão socioeconómica, é provável que mesmo aqueles que têm emprego tenham de gozar muitos dias de licença sem vencimento, e aqueles que estão desempregados estão ainda numa situação pior. Recentemente, muitos trabalhadores perderam a paciência e deslocaram-se à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) para se inscreverem na bolsa de emprego, solicitando que fossem resolvidas as questões do desemprego e da procura de emprego.

Face ao problema de desemprego, creio que a DSAL também está a sentir a pressão, pois a chamada “conjugação de emprego” exige a “cooperação dos empregadores”. Quando muitos empregadores se inscrevem na DSAL para recrutamento de pessoal ou para conjugação de emprego, com o único objectivo de contratar mão-de-obra não residente, é difícil para o Governo alcançar o seu



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

objectivo, mesmo que esteja disposto a fazê-lo. O resultado é que os desempregados dificilmente conseguem uma colocação profissional e, depois de se terem registado várias vezes, nem sequer lhes é dada a oportunidade de uma entrevista.

Claro que, se a situação for essa, daí a dificuldade de atender às reivindicações. O problema é que, embora a economia de Macau se encontre estagnada devido à pandemia, o Governo continua a lançar obras públicas, alegando que se trata de uma medida de “oferta de trabalho em vez de subsídios”, mas os resultados parecem insatisfatórios. Isto deve-se ao facto de, mesmo com a pandemia, existirem ainda em Macau mais de 100 mil trabalhadores não residentes, número esse muito superior ao dos trabalhadores locais no sector da construção civil. Por um lado, os trabalhadores locais não conseguem encontrar emprego e, por outro, existe um grande número de trabalhadores não residentes. Isto é inaceitável! Não é de estranhar que um grande número de trabalhadores tenha de se deslocar à DSAL para manifestar a sua indignação. Se este problema não for resolvido, creio que as situações vão continuar a repetir-se.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Apesar da recessão económica, o Governo continua a realizar muitas obras públicas e, segundo as autoridades, algumas delas destinam-se à implementação da política “oferta de trabalho em vez de subsídios”, ou seja, à criação de mais postos de trabalho para resolver o problema de desemprego. No entanto, na prática, parece que os resultados são insatisfatórios. Esta forma de implementar a política “oferta de trabalho em vez de subsídios” é ineficaz, ou até mesmo um fracasso completo. O Governo reconhece isto?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. Quando existe ainda um elevado número de obras públicas, o Governo deve exigir aos empreiteiros que contratem mais trabalhadores locais e aumentem o rácio destes na realização das obras públicas, de modo a aumentar as oportunidades de emprego dos locais. Vai fazê-lo?

3. Se o Governo exigir aos empreiteiros que contratem mais trabalhadores locais, deve também fiscalizar, de perto, os níveis salariais dos mesmos, por forma a evitar situações em que os locais não querem ser contratados, uma vez que os empreiteiros lhes pagam salários iguais aos dos não residentes. Mais, não se deve permitir que os empreiteiros paguem salários de operários auxiliares ao contratar trabalhadores locais qualificados da construção civil. Será que o Governo é capaz de controlar esta situação?

5 de Março de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Au Kam San